

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
CENTRO FINANCEIRO DO EXÉRCITO

CIRCULAR Nº 15 /90

Pº 02.02.00/90
00.03.30/90

Lisboa, 16JUL90

ASSUNTO: AJUDAS DE CUSTO DE MARCHA

REFª: Portaria 329/90 de 02MAI
Despacho Conjunto dos CEM's de 01JUN90

Para conhecimento e execução, encarrega-me o General Director do Departamento de Finanças, de difundir o Despacho Conjunto dos CEM's de 01JUN90:

" Convindo esclarecer o sentido e alcance da expressão "no caso de deslocação em que um militar acompanhe entidade de escalão superior", constante do nº 2 da Portaria nº 329/90, de 2 de Maio, do Ministério da Defesa Nacional e Ministério das Finanças, em ordem a uniformizar procedimentos nas Forças Armadas, determina-se o seguinte:

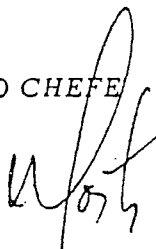
- 1º. É considerado militar acompanhante de entidade de escalão superior apenas aquela que se desloque para acto de serviço da mesma natureza e âmbito da entidade de escalão superior, em cumprimento da missão superior determinada.
- 2º. Não é considerado acompanhante o militar que se desloque em conjunto com outro ou outros de escalão superior, quando no desempenho de missões cumpre tarefas específicas do seu posto e especialidade, ressalvado o caso dos oficiais que acompanhem os oficiais generais no desempenho de missões ou comissões de serviço, que têm direito a ajudas iguais às atribuídas nas tabelas para oficiais generais previsto no artº. 9º do Decreto-Lei nº 119/85, de 22 de Abril.

.../...


39. Os precisos termos do número 1 deverão constar da declaração escrita na respectiva
guia de marcha, os quais constituirão assim fundamento indispensável para o abono de
ajudas de custo em conformidade com o nº 2 da portaria acima referida.

A guia de marcha conjunta não é, só por si, elemento justificativo da situação de
acompanhante."

O CHEFE

ANTONIO FERREIRA DA COSTA
COR.TIR.DISTRIBUIÇÃO:

- Lista A